

A retomada do desenvolvimento

MÁRIO AMATO

Este trabalho poderia ter um título pomposo. Por exemplo: "Relação entre a Psicologia e a Economia". Ocorre, no entanto, que além de pomposo esse título seria também muito acadêmico e, no Brasil atual, em termos de economia não há lugar para divagações nem para academicismos. Isso porque a interrelação que existe, de fato, entre o econômico, o político e o social tem um sentido eminentemente prático.

Logo, qualquer ação que venha a ter a psicologia sobre a economia só poderá ser compreendida se conduzir a uma posição de otimismo da sociedade em relação à economia, pois, se essa ação psicológica levar ao pessimismo estará escamoteando a realidade objetiva e contribuindo, ao mesmo tempo, para reverter a expectativa positiva que já apresenta a economia nacional.

Com efeito, os principais indicadores econômicos revelam pontos que se afastam cada vez mais do negativismo; eles indicam claramente que o Brasil está vencendo os obstáculos que se antepuseram ao processo do seu desenvolvimento nacional. A recuperação econômica já não deixa margem à dúvida, nem abre espaço ao pessimismo.

Vejamos alguns dados registrados pelo Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O Indicador do Nível de Atividade (INA) revela um crescimento, em agosto último, de 7,1 por cento em relação ao mesmo mês do ano passado. O crescimento acumulado do INA de janeiro a agosto deste ano foi de quatro por cento, o que já recoloca a indústria no mesmo patamar em que estava há cinco anos (1979).

Nesta segunda quinzena de outubro, o professor Celso L. Martone, da USP, ao analisar os principais indicadores da economia brasileira, lembrou que o Produto Interno Bruto (PIB) real deverá crescer em torno de 3,5 por cento, permitindo a primeira elevação da renda

per capita desde 1980. Esse é um dado importante, visto que, no ano passado, o PIB real registrou queda de 3,2 por cento e o PIB real per capita caiu 5,5 por cento.

O estudo do professor Celso Martone está baseado na estimativa de uma expansão industrial, este ano, de sete por cento, de um crescimento de quatro por cento para a agricultura e de zero para os demais setores. Convém salientar que esse crescimento se realiza paralelamente a uma grande queda do déficit em conta-corrente no balanço de pagamentos. Com efeito, esse déficit não deverá ultrapassar ao valor de US\$ 1,5 bilhão até o final do ano, o que significa que ele já foi reduzido de 2,9 por cento do PIB em 1983 para 0,7 por cento neste ano. Acrescente-se a expansão das exportações e o esquema financeiro montado pelas autoridades brasileiras para este ano, e será possível admitir que o País terminará 1984 com um estoque de reservas líquidas de cerca de US\$ 3,5 bilhões.

A recuperação da economia deixou de ser uma esperança e é, presentemente, uma realidade. Haja vista que o nível de emprego industrial continua em ascensão. A indústria paulista, por exemplo, que na primeira semana de outubro reabsorveu 5.500 empregados, no período de fevereiro até os sete primeiros dias de outubro reempregou 75.700 pessoas.

Trata-se, portanto, de um quadro econômico de aspectos altamente positivos em relação aos que predominavam há três anos. Assim, em sã consciência, não será possível adotar uma postura pessimista quanto ao futuro do País e, especialmente, quando é do conhecimento geral que grandes projetos em execução (Itaipu, Carajás, Albrás) começarão a funcionar no próximo ano e contribuirão de forma decisiva para melhorar a posição da balança comercial.

Convém ressaltar, também, que a dívida externa está sendo bem administrada e que nos últimos dias foi beneficiada com a queda da prime rate, provocada por grandes bancos dos Estados Unidos. Seria desejável, no entanto,

que essa queda fosse mantida mesmo depois das eleições presidenciais naquela grande nação do Norte do continente.

Ao mesmo tempo, não poderá o Governo descuidar-se do problema inflacionário que, no próximo ano, terá de ser tratado de modo a não interferir na recuperação da economia. Claro que será muito difícil conciliar a retomada do desenvolvimento econômico com uma política antiinflacionária. Mas, essa conciliação será, sem dúvida, o grande desafio do próximo Governo brasileiro a ser escolhido pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985.

Essa escolha significa que, politicamente, o Brasil caminha a passos largos para o seu reencontro com a democracia sem adjetivos, e, disso já se deu conta o povo que, em sua sabedoria, mantém um comportamento político que contribui para apressar esse tão desejado reencontro.

Por isso, é de se esperar que os políticos de todos os partidos, independente de interesses outros que não sejam aqueles que se confundem com os da Nação, adotem posições corajosas e claras em relação aos quadros político e econômico que, no momento, se apresentam com grande objetividade à análise das pessoas responsáveis e comprometidas com o futuro do País.

Para tanto, é preciso deixar de lado a política de clientela e reduzir o ímpeto nacionalista no qual se apóiam, para sobreviver, muitas empresas estatais ineficientes. E mais: é preciso definir o sistema econômico nacional de modo a que se possa saber se ele é capitalista e se assenta na iniciativa privada, ou, então, se a escalada da estatização vai continuar até que todos os meios de produção sejam socializados. Essa é a grande responsabilidade do próximo Governo e dos políticos brasileiros a partir do ano vindouro. Dela — assim esperamos — eles têm de bem se desincumbir.

MÁRIO AMATO é Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)